



GEOGRAFIA E NOVO ENSINO MÉDIO: ESVAZIAMENTO CURRICULAR E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO

FRANCISCO JOSÉ DE LIMA CUNHA¹

RESUMO: Este trabalho analisa os impactos do Novo Ensino Médio (NEM) no ensino de Geografia em cinco escolas da rede pública estadual de Russas (CE). O objetivo é compreender como as mudanças decorrentes da Lei nº 13.415/2017 e da Resolução nº 497/2021 afetam o currículo, a prática docente e a formação crítica dos estudantes. A pesquisa evidencia que a redução da carga horária, a substituição de conteúdos específicos por componentes genéricos e a falta de formação continuada contribuem para o esvaziamento da disciplina e a precarização do ensino. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, baseado na análise documental de materiais didáticos e na realização de entrevistas semiestruturadas com professores de Geografia. Os resultados indicam que o NEM fragiliza a presença da disciplina no currículo e compromete a construção do pensamento geográfico, reforçando desigualdades educacionais. À luz de autores como FREIRE (2013) e DALLARI (1998), conclui-se que a reforma tende a reduzir a dimensão crítica e formativa da educação.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Ensino de Geografia. Precarização.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos provocados pela implementação do Novo Ensino Médio na disciplina de Geografia, a partir da perspectiva de professores atuantes na rede pública estadual, em um recorte que abrange cinco escolas da rede estadual localizadas no município de Russas, com ênfase no esvaziamento curricular e na consequente precarização do ensino em suas dimensões didática, pedagógica e social. A investigação se insere no campo da pesquisa qualitativa, pautada na análise documental dos materiais didáticos oferecidos aos estudantes, bem como na escuta docente por meio de entrevistas semiestruturadas. O estudo parte do entendimento de que a Geografia escolar desempenha um papel central na formação crítica, espacial e cidadã dos estudantes, possibilitando a leitura das dinâmicas socioespaciais e das contradições socioeconômicas e socioespaciais do mundo contemporâneo. A partir disso, o trabalho se organiza em dois eixos analíticos principais: (1) a Geografia como componente formativo essencial na constituição do sujeito crítico social, e (2)



**I SEMINÁRIO
PROFGEO
URCA**
**OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA ACADÊMICA NA
PÓS-GRADUAÇÃO**



o processo de esvaziamento curricular promovido pelas diretrizes do Novo Ensino Médio, que relega a disciplina a uma posição marginal no currículo formal, favorecendo, em grande medida, uma lógica tecnicista, mercantilista e fragmentada da educação. Assim, busca-se compreender os efeitos dessas mudanças no campo das normas na prática pedagógica, na valorização do componente curricular e na qualidade da formação oferecida aos estudantes no contexto atual da política educacional brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa delimita-se com objetivo de investigar o impacto dessas mudanças no fazer pedagógico dos professores de Geografia. Busca-se compreender de que maneira a redução da carga horária da disciplina e a substituição de conteúdos específicos por componentes de caráter mais genérico, como o Projeto de Vida e Itinerários Formativos, interferem nas práticas de ensino e na construção do conhecimento geográfico em sala de aula. Além disso, problematiza-se a insuficiência de formações continuadas voltadas para o novo modelo curricular, fator que intensifica a precarização da prática docente e escancara as desigualdades entre a rede pública e privada de ensino no Brasil. Nesse contexto, a escolha pelos conceitos de currículo, formação docente e ensino como eixos teóricos da pesquisa não é aleatória, mas estratégica, uma vez que tais conceitos permitem uma análise crítica e aprofundada das reconfigurações em curso. São por meio desses elementos conceituais que se busca compreender os desdobramentos das políticas educacionais recentes e suas possíveis consequências deletérias para a formação cidadã e acadêmica dos estudantes da rede pública estadual, especialmente no que tange ao ensino de Geografia.

Além disso, a justificativa intelectual e a relevância acadêmica deste projeto de pesquisa decorrem, principalmente, em compreender e analisar de forma crítica os impactos da reforma do Ensino Médio, em especial a partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017 sobre a formação docente, o currículo escolar e o ensino da Geografia no contexto brasileiro, com ênfase na realidade da rede pública estadual do Ceará. Diante das recentes transformações curriculares implementadas nas escolas, observa-se um cenário de esvaziamento de conteúdos nas disciplinas das Ciências Humanas, no caso do ensino de Geografia, essas mudanças geram preocupações quanto à sua permanência e relevância no currículo. A não obrigatoriedade da disciplina nos três anos do Ensino Médio e sua inserção subordinada aos itinerários formativos têm reduzido sua presença no currículo escolar, limitando a construção de uma formação crítica e contextualizada. Em concordância a isso, Freire retrata que o que fazer revolucionário é humanista, já o que fazer opressor não o é, objetiva-se na absolutização da ignorância das massas (Freire, 2013).



Voltando-se para discussões referentes ao território nacional (Brasil) e regional (Ceará), objetiva-se desenvolver uma análise científica sobre a Lei de Nº 13.415/2017 e a Resolução Nº 497/2021 do Conselho Estadual de Educação. Dentro da análise proposta, surgem diversos questionamentos centrais que orientam a investigação: Quais são os impactos da Lei nº 13.415/2017 no ambiente educacional, tanto físico quanto cognitivo? Quais as repercussões dessa norma sobre o ensino de Geografia, considerando-a como um componente curricular essencial? A partir dessa perspectiva, é necessário avaliar os efeitos dessa legislação no futuro do ensino de Geografia, questionando se sua implementação pode comprometer a qualidade da formação geográfica dos estudantes e suas consequências a longo prazo. Além disso, ao adotar uma análise histórica, questiona-se se essa reforma representa um avanço ou retrocesso para a educação, especialmente em termos da formação crítica e contextualizada dos alunos.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa busca analisar os impactos da implementação do Novo Ensino Médio na disciplina de Geografia, com base na perspectiva de professores da rede pública estadual de ensino. O seu foco recai sobre o que compreendemos ser o esvaziamento curricular e a consequente precarização do ensino, considerando seus desdobramentos na dimensão da didática pedagógica. A partir das experiências docentes, pretende-se compreender como as mudanças promovidas pela reforma têm afetado a qualidade do ensino e a formação crítica dos estudantes.

A educação, sob sua vertente social, constitui-se como um instrumento de promoção da democracia, da equidade e da justiça social, ao mesmo tempo em que viabiliza a formação de sujeitos críticos e participativos. Nesse âmbito, ela desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas voltadas para a valorização da diversidade, a gestão dialógica de conflitos e a elaboração de vínculos significativos entre o indivíduo e as múltiplas dimensões do mundo social e cultural em que está inserido.

Referindo-se a isto, Dalmio Dallari diz que: “A cidadania manifesta um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998. p.14).



A implementação do Novo Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 e regulamentada por normas como a Resolução nº 3/2018 do CNE/CEB e, no âmbito do Ceará, pela Resolução nº 497/2021 do Conselho Estadual de Educação, tem promovido mudanças significativas na estrutura curricular e nas condições de trabalho docente nas escolas públicas. Sob a justificativa de flexibilizar o percurso formativo e ampliar a autonomia dos estudantes, o modelo introduz itinerários formativos e altera a distribuição da carga horária de alguns componentes curriculares, entre eles os da geografia. No entanto, seus efeitos vêm sendo amplamente questionados por pesquisadores e, sobretudo, por profissionais da educação básica que, todos os dias, lidam com os desdobramentos reais trazidos por essas mudanças normativas.

É necessário destacar que a proposta do Novo Ensino Médio está alicerçada em orientações de cunho neoliberal, que encontram no Estado, por meio de seus mecanismos jurídico-administrativos, o principal agente de promoção e articulação de uma reconfiguração estrutural do sistema educacional. Essa reestruturação atinge diretamente o ensino de Geografia, sobretudo no que se refere à organização curricular, à carga horária reduzida e à desvalorização da disciplina nos itinerários formativos. Sob a influência da BNCC e da Resolução nº 3/2018, observa-se a consolidação de um currículo pautado em competências e habilidades gerais, que tendem a fragmentar o conhecimento geográfico e a esvaziar suas dimensões críticas e reflexivas.

Nesse contexto, o trabalho docente é impactado de forma significativa, uma vez que os professores de Geografia passam a enfrentar desafios relacionados à adaptação de suas práticas pedagógicas a um modelo que privilegia a lógica da empregabilidade em detrimento da formação cidadã. A formação inicial e continuada, muitas vezes desarticulada das novas exigências impostas pela reforma, revela-se insuficiente para enfrentar as transformações impostas por esse novo arranjo educacional. O resultado é a precarização do ensino, o enfraquecimento do pensamento geográfico e o comprometimento de uma abordagem educativa comprometida com a justiça social, a leitura crítica do espaço e a compreensão das dinâmicas socioespaciais. Sob essa orientação, a formação do sujeito crítico e reflexivo comprometido com a transformação social e com a construção de uma cidadania plena cede lugar à conformação de indivíduos funcionalmente adaptáveis às exigências do mercado. A educação, nesse contexto, deixa de ser concebida como um direito social universal e passa a ser tratada como mercadoria, fragmentada em competências e habilidades técnicas voltadas à lógica da performatividade.

No caso do ensino de Geografia, essas mudanças geram preocupações quanto à sua permanência e relevância no currículo. A não obrigatoriedade da disciplina nos três anos do



I SEMINÁRIO
PROF GEO
URCA
OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA ACADÊMICA NA
PÓS-GRADUAÇÃO



Ensino Médio e sua inserção subordinada aos itinerários formativos têm reduzido sua presença no currículo escolar, limitando a construção de uma formação crítica e contextualizada. Em concordância a isso, Freire retrata que o que fazer revolucionário é humanista, já o que fazer opressor não o é, objetiva-se na absolutização da ignorância das massas (Freire, 2013).

Outro ponto a ser abordado diz respeito à viabilidade da Resolução nº 497/2021 e sua aplicação prática no contexto das salas de aula. É fundamental observar como essa resolução será efetivamente implementada nas escolas, destacando as possíveis limitações e desvantagens, especialmente na rede pública e privada de ensino. Nesse sentido, indaga-se que a implementação da reforma exacerba as disparidades educacionais e sociais, impactando a equidade no acesso à educação de qualidade e, consequentemente, a capacidade da educação de cumprir seu papel transformador na sociedade.

Em continuidade, diante desses questionamentos, busca-se abordar, por meio da análise de dados, informações e conceitos consistentes, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) como as principais bases teóricas para a elaboração deste estudo. No entanto, não se descarta a possibilidade de incorporar outros materiais teóricos e metodológicos, conforme a orientação do pesquisador responsável, de forma a enriquecer a fundamentação teórica e aprimorar as abordagens metodológicas do trabalho a ser desenvolvido.

Outrossim, em concordância com as teses anteriormente citadas, em sua obra “Ideologia e Currículo”, o autor Michael W. Apple disserta sobre a politização da educação, fenômeno demarcado pelo controle estatal dos conteúdos escolares ministrados em sala. De acordo com o escritor, as instituições de ensino representam um dos principais mecanismos pelos quais um poder se mantém, ou é enfrentado. Nesse sentido, a educação se comporta como um ponto de conflito sobre o tipo de conhecimento que é e deve ser ensinado e sobre como o ensino e a aprendizagem devem ser avaliados. O autor ainda defende que a aprendizagem precisa ir além das questões técnicas de como ensinar eficientemente e eficazmente, expandindo-se para pautas que despertem a criticidade dos alunos no entendimento da relação existente entre a educação, o poder econômico, político e cultural.

É necessário destacar que a proposta do Novo Ensino Médio está alicerçada em orientações de cunho neoliberal, que encontram no Estado o principal agente de promoção e articulação de uma reconfiguração estrutural do sistema educacional. Essa reestruturação atinge diretamente o ensino de Geografia, sobretudo no que se refere à organização curricular, à carga horária reduzida e à desvalorização da disciplina. Sob a influência da BNCC e da Resolução nº 3/2018, observa-se a consolidação de um currículo pautado em competências e habilidades



**I SEMINÁRIO
PROF GEO
URCA**
**OS DESAFIOS PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA ACADÊMICA NA
PÓS-GRADUAÇÃO**



gerais, que tendem a fragmentar o conhecimento geográfico e a esvaziar suas dimensões críticas e reflexivas. Essa crítica ao modelo é detalhada pelo "Manifesto: Crítica às reformas neoliberais na educação (Prólogo do ensino de Geografia)" do GT – Geografia e Educação da ANPEGE, que denuncia de maneira evidente o processo de esvaziamento da disciplina e o alinhamento da reforma aos ditames do mercado em detrimento da formação cidadã.

Nesse contexto, o trabalho docente é impactado de forma significativa, uma vez que os professores de Geografia passam a enfrentar desafios relacionados à adaptação de suas práticas pedagógicas a um modelo que privilegia a lógica da empregabilidade em detrimento da formação cidadã. A formação inicial e continuada, muitas vezes desarticulada das novas exigências impostas pela reforma, revela-se insuficiente para enfrentar as transformações impostas por esse novo arranjo educacional. Em vista disso, obras como "A formação docente em geografia Teorias e Práticas" (organizada por Farias e Oliveira) tornam-se essenciais para debater a adequação e a resistência dos professores perante um modelo que demanda uma rápida e precária adaptação didática. O resultado é a precarização do ensino, o enfraquecimento do pensamento geográfico e o comprometimento de uma abordagem educativa comprometida com a justiça social. Sob essa orientação, a formação do sujeito crítico e reflexivo comprometido com a transformação social e com a construção de uma cidadania plena cede lugar à conformação de indivíduos funcionalmente adaptáveis às exigências da indústria mercadológica. A educação, nesse contexto, deixa de ser concebida como um direito social universal e passa a ser tratada como mercadoria, fragmentada em competências e habilidades técnicas voltadas à lógica da performatividade.

No caso do ensino de Geografia, essas mudanças geram preocupações quanto à sua permanência e relevância no currículo. A não obrigatoriedade da disciplina nos três anos do Ensino Médio e sua inserção subordinada aos itinerários formativos têm reduzido sua presença no currículo escolar, limitando a construção de uma formação crítica e contextualizada. Dessa forma, é fundamental considerar o histórico e a função dos recursos didáticos, conforme abordado por Ivaine Maria Tonini em "Geografia escolar - uma história sobre seus recursos pedagógicos", para analisar como o esvaziamento curricular afeta a materialidade da didática e as ferramentas de leitura crítica do espaço. A utilidade do livro de Tonini para a mencionada pesquisa reside na sua capacidade de conectar a crítica curricular do Novo Ensino Médio (NEM) com a dimensão prática e concreta da sala de aula. A autora defende ainda que se o NEM reduz a carga horária ou desvaloriza a disciplina, ele impacta diretamente as ferramentas que o professor tem à disposição e o tempo para utilizá-las de forma significativa. A obra de Tonini reforça a ideia de que o esvaziamento curricular não é apenas teórico, mas também



prático e material. Limitar a presença da disciplina e enfraquecer o pensamento geográfico comprometem a capacidade dos professores de utilizar plenamente esses recursos para promover a leitura crítica do espaço, que é o cerne da Geografia Crítica.

METODOLOGIA

No que tange à metodologia de aplicação dos conceitos já mencionados no processo de escrita da pesquisa, de início, busca-se realizar uma análise documental detalhada dos documentos que integram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como os referenciais teóricos propostos no referido trabalho. Tal análise tem como intuito realizar um panorama das transformações sofridas pela educação com o decorrer do tempo, entendendo as causas e consequências dessas mudanças para o cenário educacional. Nesse contexto, a revisão bibliográfica configura-se como instrumento fundamental para orientar a investigação e evidenciar as alterações pelas quais o currículo passou ao longo do tempo, situando-as em seus respectivos marcos históricos, políticos e pedagógicos.

Outrossim, posteriormente objetiva-se aplicar um formulário diagnóstico. Tal ferramenta tem por objetivo coletar as vivências obtidas por professores da rede estadual de ensino na cidade de Russas no componente curricular de Ensino de Geografia. A ferramenta de coleta de opinião questionará os docentes se o material didático utilizado em seu contexto educacional é o proposto pelo Novo Ensino Médio, bem como se houve, no processo de transição de material pedagógico, capacitações que buscaram instruir os professores sobre as formas de utilização desse material. Além disso, espera-se que, por intermédio do formulário, os professores abordem questões que reflitam os componentes curriculares contemplados e anulados nesse novo material pedagógico, coletando testemunhos de como ocorreu esse processo de mudança: da utilização de um livro voltado especificamente para Geografia para a utilização de um único material genérico para as Ciências Humanas como um todo.

A partir do formulário anteriormente citado, busca-se também realizar uma análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, a fim de apresentar de maneira lógica e sequencial as informações obtidas. Por meio da análise qualitativa, objetiva-se aprofundar a compreensão das narrativas e vivências dos professores, buscando identificar e interpretar os significados atribuídos por eles ao processo de transição curricular e à diluição dos conteúdos que compõem o componente de ensino: Geografia. Serão analisados o teor dos testemunhos coletados, buscando padrões, contradições e o impacto subjetivo dessas mudanças no cotidiano pedagógico. Já por meio da análise quantitativa, objetiva-se adquirir dados estatísticos sobre a frequência e a extensão das mudanças percebidas pelos docentes. Isso inclui mensurar o



percentual de professores que receberam capacitação, a proporção de docentes que utilizam o material do Novo Ensino Médio versus material complementar, e o grau de concordância ou discordância em relação à adequação do novo material para o ensino da Geografia.

Como fundamentação metodológica, propõe-se também a realização de uma análise prescritiva, analítica e minuciosa do currículo referente ao componente curricular de Geografia, adotado por instituições de ensino públicas e privadas. Tal análise tem por finalidade examinar a existência de possíveis disparidades entre esses dois ecossistemas educacionais e, caso sejam constatadas, identificar suas causas subjacentes e os impactos decorrentes sobre a prática docente considerando o papel dos professores como agentes de mediação e compartilhamento de saberes e experiências no ambiente escolar, bem como sobre o processo formativo dos discentes, cuja trajetória educacional pode ser favorecida ou comprometida em função do contexto institucional ao qual se encontram vinculados.

O referido documento como proposta metodológica aborda como estrutura analítica o método científico do Materialismo Histórico Dialético (MHD), tal abordagem tem como característica a interpretação da realidade. Na educação, o materialismo dialético é entendido como um método de compreensão da realidade que exige a investigação das estruturas econômicas, sociais e políticas que compõem o espaço, que é o objeto de estudo da Geografia. Ou seja, ele fornece as ferramentas conceituais para analisar o espaço geográfico não apenas como um dado físico, mas como um produto histórico, social e contraditório.

SUMÁRIO COMENTADO:

- **Capítulo 1 - BNCC e PNLD: A Revolução Silenciosa no Ensino de Geografia: O Que Está em Jogo?**

No primeiro capítulo busca-se tratar sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na proposta da lei de Nº 13.415/2017 regulamentada por normas como a Resolução nº 3/2018 do CNE/CEB. Além disso, será analisado o roteiro de origem e efetivação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

- **Capítulo 2 - Geografia e o Novo Ensino Médio: A Formação dos Professores no Centro da Mudança Curricular**

No segundo capítulo pretende-se analisar a maneira como a formação acadêmica dos professores de geografia, bem como sua atuação no mercado de trabalho são afetadas pela nova configuração educacional proposta. No Estado do Ceará, a implementação do Novo Ensino Médio foi incorporada por meio da elaboração do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), construído à luz da BNCC e em diálogo com a Lei nº 13.415/2017. Desde 2018, o estado promoveu processos sistemáticos de discussão, formação e alinhamento curricular, buscando articular as diretrizes nacionais às especificidades locais. O DCRC tem como função orientar a organização da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos na rede estadual,



● **Capítulo 3 - Sequência Didática Gamificada: Potencializando o Ensino de Geografia Através da Interatividade**

No terceiro capítulo, será apresentado o produto educacional que tem por base uma sequência didática baseada na gamificação pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida até o presente momento permitiu compreender, de maneira preliminar, os impactos da implementação do Novo Ensino Médio sobre o ensino de Geografia, especialmente no que se refere ao esvaziamento curricular e à precarização do trabalho docente. A partir da revisão teórica e da fundamentação metodológica construída, foi possível identificar a necessidade de aprofundar a investigação empírica junto aos professores da rede pública estadual, de modo a dar voz aos sujeitos diretamente afetados pelas transformações impostas pelas políticas educacionais recentes. Os próximos passos da pesquisa consistirão na aplicação do formulário diagnóstico proposto na metodologia, voltado à coleta de dados sobre as vivências e percepções dos professores de Geografia quanto à utilização do material didático do Novo Ensino Médio, às mudanças curriculares e à oferta de formações continuadas. Em seguida, serão realizadas as etapas de sistematização, análise qualitativa e quantitativa dos resultados, com o objetivo de construir um panorama crítico sobre as condições reais de ensino da disciplina e os reflexos da reforma educacional no contexto escolar do Ceará. Essa análise será complementada com a elaboração do produto educacional, uma sequência didática gamificada, que buscará oferecer uma alternativa pedagógica inovadora e motivadora para o ensino de Geografia.

As disciplinas cursadas no Mestrado Profissional em Geografia da URCA contribuem significativamente para o amadurecimento teórico, metodológico e crítico deste trabalho. Os estudos sobre currículo, políticas educacionais, formação docente e didática da Geografia forneceram base sólida para compreender as relações entre educação, poder e sociedade. A reflexão sobre o papel do professor como mediador do conhecimento e agente de transformação social foi essencial para orientar a construção de uma pesquisa comprometida com a realidade escolar e com a valorização do ensino de Geografia.

Como possíveis contribuições ao campo de estudo, este trabalho busca oferecer uma análise crítica sobre o impacto do Novo Ensino Médio na Geografia escolar, evidenciando suas consequências para a formação cidadã e para a prática docente. Além disso, pretende subsidiar futuras discussões acadêmicas e políticas sobre a necessidade de revalorização das Ciências



Humanas e da Geografia no currículo, contribuindo para o fortalecimento de uma educação pública de qualidade, democrática e socialmente justa.

Por fim, destaca-se que o processo de construção desta pesquisa tem proporcionado um importante aprendizado acadêmico e profissional, consolidando uma postura investigativa, reflexiva e crítica diante das transformações educacionais em curso. Assim, espera-se que os resultados obtidos possam servir como instrumento de reflexão e ação para professores, gestores e pesquisadores comprometidos com a defesa de uma escola pública que forme sujeitos conscientes, críticos e capazes de compreender e transformar o espaço em que vivem.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BASSO, Daniela; NETO, Luiz Bezerra. **As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações**. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i16.29044>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://www.bndc.mec.gov.br>.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394/1996 (LDB) e nº 11.494/2007, entre outras, para dispor sobre a reforma do Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 nov. 2018.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 497, de 3 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a implementação do Novo Ensino Médio no Sistema de Ensino do Estado do Ceará. Fortaleza: CEE, 2021.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *A cidadania e os direitos sociais*. São Paulo: Atlas, 1998.

FARIAS, Maria do Socorro; OLIVEIRA, Maria Geralda de (orgs.). *A formação docente em Geografia: teorias e práticas*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GORENDER, Jacob. *O que é materialismo histórico*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GT – GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO (ANPEGE). **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação (Prólogo do ensino de Geografia)**. ANPEGE, 2021. Disponível em: <https://anpege.org.br/>.



SPÓSITO, Eliseu Savério. *Geografia e ensino: reflexões e práticas*. São Paulo: Contexto, 2010.

TONINI, Ivaine Maria. *Geografia escolar: uma história sobre seus recursos pedagógicos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.